



RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: O CONHECIMENTO FORMAL E INFORMAL EM DEBATE

Erika Sâmia Pereira Monte¹
Francisco Lucas de Lima Carneiro²
Francisco Wallis Sousa rodrigues³
Maria Cleidiane Cavalcante Freitas⁴

RESUMO

A relação família-escola é alvo de vários estudos atualmente, pois é considerado uma relação necessária para aprimorar o conhecimento científico dos alunos, visto que, os alunos estão sendo ensinados diariamente dentro ou fora do ambiente escolar e que, a família é a primeira mediadora dos conhecimentos do indivíduo, sendo seu primeiro passo de interação social. A escola, por sua vez, é também um espaço de socialização de experiências de vida e de conhecimentos científicos, dará continuidade à interação social, mas dessa vez, mediando indivíduos fora do contexto familiar. Sendo assim, este estudo busca refletir sobre a relação conhecimento formal *versus* conhecimento informal, bem como a relação família-escola. O estudo se caracteriza como uma análise bibliográfica exploratória e conclui-se, preliminarmente, que muitas vezes os conhecimentos cotidianos adquiridos pelos alunos não são considerados e/ou valorizados nos projetos políticos pedagógicos das instituições de ensino. Além disso, projetos não elaborados ou inconsistentes, podem não contemplar uma relação família-escola que busque estreitar os laços entre esses espaços de socialização e de vivência dos alunos. É importante também, ressaltar que muitos profissionais também podem não encontrar meios de interagir e trabalhar com os familiares.

Palavras-chave: Família-escola, conhecimento formal e informal, ensino-aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

Pensar a escola exige pensar sua relação com a sociedade e com o conhecimento, mas também sobre as formas de conhecer, assim, é necessário refletir também sobre o papel que o conhecimento formal e informal exerce no processo educativo no ambiente escolar. Sabe-se que esses dois tipos e distintos conhecimentos são adquiridos ao longo da vida, sendo importantes para o desenvolvimento humano e obtidos por diversos e diferentes meios de aprendizagem. Além disso, é no seio familiar que a criança inicia seu processo de apropriação do conhecimento e é o ambiente em que passa maior parte do seu tempo, logo, a família ainda exerce um papel relevante na formação dos indivíduos.

¹ Graduanda no curso de Licenciatura em Química no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE/Quixadá), erika.samia.pereira61@aluno.ifce.edu.br;

² Graduando no curso de Licenciatura em Química no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE/Quixadá), lucas.lima.carneiro07@aluno.ifce.edu.br;

³ Graduando no curso de Licenciatura em Química no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE/Quixadá), francisco.wallis.sousa06@aluno.ifce.edu.br;

⁴ Doutora em educação e professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE/Quixadá), maria.freitas@ifce.edu.br.



De acordo com Coombs, Prosser e Ahmed (1973 apud COSTA, 2014), sendo eles os pioneiros da definição e esclarecimentos sobre os diferentes aspectos de cada tipo de conhecimento: o conhecimento formal e informal. Observaram que o conhecimento informal, é obtido mesmo antes da criança ir à escola, seja através do contato com os familiares, amigos e em outros espaços em que a criança transita. Isso leva esses autores a considerar que antes do aluno entrar em uma escola, ele já possui uma base de conhecimento que podem ser agregadores para a aprendizagem escolar. Tais conhecimentos do cotidiano, poderiam ser utilizados nos ambientes escolares para favorecer a incorporação de conhecimentos científicos que são abordados na escola, os quais compõe o saber acumulado historicamente pela humanidade.

Como conhecimento formal, consideram todo aprendizado transmitido na forma gradual e de maneira cronológica na instituição de ensino, ou seja, de acordo com a classificação dos conteúdos em relação a idade dos alunos. Aqui no Brasil a educação escolar se inicia na educação infantil e se prolonga até a pós-graduação seja em *stricto sensu* ou *lato sensu*. Mas devemos lembrar que a principal função da escola é de proporcionar a apropriação dos conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade ao longo de sua história como assegura (SAVIANI, 2008a). No entanto, isso não exclui ou reduz a função da família enquanto espaço de mediação com o conhecimento informal ou espontâneo, por isso, o necessário estreitamento das instituições de ensino com a instituição familiar.

Segundo Nereide Saviani (1994), os conteúdos escolares se constituem na conversão do saber científico em saber escolar, logo são esses conhecimentos que devem estar em pauta na escola. Mas também, pensando numa educação contextualizada, os conhecimentos produzidos pelos diversos grupos e contextos sociais, também podem ser apropriados pela escola. Importante lembrar, que pensar uma educação no contexto, não significa permanecer nele, mas sim ter elementos de ir além do próprio contexto.

Segundo Libâneo (2010), os progressistas deixaram de acreditar na idéia de considerar que a escola é um local isolado da sociedade e que a escola convencional não é a única forma de transmitir o conhecimento. Diante do exposto, algumas perguntas se fazem necessárias: atualmente, qual o papel da família para a formação do indivíduo? De que maneira a educação familiar pode contribuir com a aprendizagem dos educandos? Quais práticas educativas podem ser desenvolvidas de modo a estabelecer uma relação família-escola que contribua para a formação dos estudantes?

Na busca de refletir sobre a temática, nos limites desse estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que proporcionasse fundamentar os aspectos conceituais e históricos do



conhecimento formal e informal; e, problematizar a relação família-escolar na educação escolar brasileira.

Sendo assim, o presente trabalho se caracteriza como um estudo bibliográfico e exploratório, observando-se que o conhecimento informal que a criança recebe antes mesmo de entrar na escola, podem ser considerados e inseridos na metodologia optada pelo professor, seria uma maneira de trazer a relação entre a vida social do aluno, e os conteúdos vistos em sala de aula, o que derrubaria perguntas duvidosas e questionadas por eles, visto que eles iriam entender para que serve, por exemplo, estudar cinética química, assim a aprendizagem seria significativa.

Toma-se como exemplo a seguinte situação: a mãe sabe que deve guardar um alimento na geladeira para não estragar rapidamente, sabendo ela que o alimento deve permanecer na geladeira até um dia ou mais, dependendo do alimento. Bom, ela sabe por experiências que aprendeu no cotidiano, mas não conhece cientificamente o porquê deve-se fazer isso. Dessa forma, as crianças também vão aprendendo em casa que precisa manter os alimentos que estragam na geladeira, a par desse conhecimento, não seria interessante o professor partir daí para trabalhar um determinado conteúdo?

Desse modo, pergunta-se: o conhecimento informal vivenciado no contexto familiar auxiliaria ou não no desenvolvimento educacional dos alunos? Em que medida essas vivências podem ser consideradas pela escola? Assim, esse estudo, busca, de maneira preliminar, refletir as possíveis contribuições do conhecimento informal para a educação escolar a partir da relação família-escola.

2. Conhecimento formal *versus* informal: aspectos conceituais e a posição da família

Nesse tópico conceituamos o que se trata o conhecimento repassado de modo formal e informal e suas peculiaridades. Em seguida, ressaltamos alguns aspectos da história da educação de modo a destacar o papel da família para a transmissão do conhecimento.

Com relação a essas formas de conhecimento é importante falar que não pode haver entre ambas uma hierarquia, mas sim um caráter de complementação. Assim, referindo-se ao conhecimento formal, Libâneo (2010, p. 88), define como aquela educação organizada, estruturada, “planejada intencionalmente, sistemática”.

Ele considera que a aquisição do conhecimento não se dá apenas pela instituição escolar, mas também fora do ambiente escolar, entende-se assim que onde haja ensino (fora do contexto escolar) há educação formal, desde que o ato educativo seja intencional, sistematizado



e, em condições previamente preparadas, e que sejam um trabalho de maneira pedagógica-didática, mesmo que seja fora do ambiente escolar, como o que ocorre nas igrejas, nos sindicatos, quando há algum tipo de intenção de se formar alguém com algum objetivo estabelecido. Essas formas de conhecer e aprender, também são importantes para a educação escolar.

Já o conhecimento informal diz respeito a todas as práticas, habilidades e costumes que são adquiridos no cotidiano, também chamado de senso comum ou conhecimento vulgar, que são repassados de forma natural pelo convívio no habitat em que o indivíduo está inserido. Possui, portanto o seu papel social.

Ainda segundo Libâneo (2010, p. 87), a educação informal também conhecida como não-intencional entende que “os valores, os costumes, as idéias, a religião, a organização social, as leis, o sistema de governo [...] são forças que operam e coincidem a prática educativa. [...] boa parte delas ocorrem de modo não-intencional, não sistemático e não planejado”.

Ponce (2010) argumenta que na formação das sociedades primitivas imperava uma educação espontânea e integral, espontânea porque ocorria nas atividades realizadas pela tribo, integral porque os indivíduos eram inseridos em todos os costumes e atividades. Assim, o que hoje chamamos de formação informal, nesse momento, se coincidia com a própria formação.

Relatamos aqui sobre os primeiros passos da educação ao longo dos séculos, nos atentando as mudanças que a família sofreu, e como estava presente na transmissão do conhecimento. Lembrando que será apenas uma síntese, para que seja possível melhor compreensão do tema em sua totalidade, isso para mostrar as mudanças que ocorreram na educação em relação a família como base da transmissão do saber.

A educação teve ao longo da sua história grandes mudanças em seu domínio, ou seja, quem estava a par da responsabilidade de transmissão de educar as crianças e jovens de cada geração. Atentamos, pois e ressaltamos sobre os períodos em que a família detinha o poder de educar os filhos. Com o desenvolvimento das sociedades, foi surgindo um lugar a escola, “o lugar do ócio” para educar os filhos das elites de cada época, enquanto os filhos de trabalhadores se educavam no trabalho.

Daí passamos para o processo de estatização da educação, sobretudo, na época moderna, a família foi transferindo cada vez mais o espaço de educar no seio familiar para o Estado, isso a longo prazo, resultou na ideia de que somente as instituições escolares são espaços de conhecimento, sob essa interpretação equivocada, a família também, passa em muitas



sociedades a se eximir do seu papel e transferir para a escola as suas responsabilidades. Saviani (2008a) denomina isso de o fenômeno da hipertrofia da escola.

Na Grécia antiga, que de acordo com Freitas (2015), a educação ocorria primeiramente no no seio familiar, posteriormente, as crianças eram acompanhadas por “pedagogos” até os metros de gramática. Quando maiores, eram educadas por mestres de retórica e outros. Já na sociedade romana, influenciada pela *paideia* grega, a família era, a primeira mediadora da transmissão do saber para as crianças. O pai com o poder superior perante o filho e a família, e a mãe preparava a educação familiar (FREITAS, 2015).

Já no período medieval a igreja ficou responsável por dirigir as escolas e assim monopolizava o ensino. Ao penetrar no período centralizado do ser “Divino”, que segundo Klanovicz (2009), foi um período marcado pelo cristianismo, conseqüentemente pela igreja católica que estava dominando os aspectos culturais e morais da sociedade, neste período o processo de escolarização se dava pelas instituições religiosas que organizou toda a cultura de ensinar e aspectos não mais “intelectuais”, mas de acordo com a mensagem religiosa cristã.

Portanto a família perde o “domínio” da instrução educativa e a igreja assume essa posição de mediadora, e toma a posição central da transmissão do conhecimento. Com o desenvolvimento do humanismo e a retomada do homem como centro da vida, a noção de escola e ensino se modifica profundamente. É na chamada “modernidade”, seu desdobramento histórico e no iluminismo, sua matriz teórica, que se defendia um governo humanista (racional) e era contra a união de política e religião, isso repercutiu nos ideais de laicização e gratuidade da escola, agora sob o controle do Estado (MANACORDA, 1992).

Com base no ideal de laicismo e racionalidade que surge o chamado Estado moderno e centralizador, que vai centralizar e evocar para si a tarefa de educar de acordo com as suas demandas (FREITAS, 2015). Logo, “eclodem reivindicações por uma instrução estatal, pela igualdade, a universalização e a laicização da educação, pois ainda estava sob a tutela da igreja” (FREITAS, 2015, p.41).

Com as necessidades demandadas da Revolução Industrial (XVIII) a educação assumiu importante papel na preparação de mão de obra para o mercado. Assim, a educação pertencia ao estado e não mais a igreja, e a família neste momento era vista como incapaz de ensinar as crianças o conhecimento científico, pois com as novas maneiras de ensinar para o mundo do trabalho, a família não teria condições de manter o objetivo de educar para o que era exigido (RIBEIRO, 2004). No entanto a educação familiar, sempre coexistiu com as demais formas de educar, seja no domínio da Igreja, seja sob a égide do Estado. No entanto, apenas as famílias



mais abastadas podiam custear os estudos iniciais dos filhos para capacitá-los nas instituições formais de ensino, prática esta que vigorou no Brasil.

2.1 O papel da família no processo de escolarização no Brasil

Com a chegada dos portugueses, já havia povos indígenas presentes na terra com seus costumes e crenças estabelecidos. Conforme Saviani (2008b) a educação indígena pode ser comparada com a dos povos descritos por Ponce (2009). Se baseava na transmissão oral dos costumes, técnicas e crenças.

A constituição da educação brasileira passou pelo processo de aculturação das populações nativas, com repercussões sentidas ainda hoje. A Companhia de Jesus ao iniciar o processo de catequização, agindo sobre as crianças, como forma de catequizar suas famílias, proporcionou a difusão da doutrina cristã entre os “gentios” (SAVIANI, 2008b). As formas mais elaboradas do conhecimento se destinavam aos filhos das elites da época. Esse foi o primeiro contato que o Brasil teve com o ensino formal, o que durou por dois séculos até a expulsão dos jesuítas (RIBEIRO, 2004).

Em diálogo com os movimentos que aconteciam no exterior, o Brasil inicia seu processo de escolarização ainda no Império, fruto de lutas de famílias e organizações sociais que reivindicavam o acesso ao ensino conforme aponta Gondra e Schueler (2008). No entanto encontrou enormes dificuldades, pois conforme Ribeiro (2004) pouquíssimas pessoas estudavam, no final do período, apenas 2 % da população era escolarizada.

É somente no limiar da Primeira República que a questão passa a ser posta mais claramente. E assim de lá para cá experienciamos no âmbito da educação pública, teorias pedagógicas e políticas educacionais que buscaram a expansão do ensino público, já que as famílias abastadas podiam contratar aulas particulares para seus filhos, para posteriormente ingressarem em instituições formais.

Podemos sinalizar o tratamento que a família tem na legislação educacional brasileira. Assim, na Lei nº 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sinaliza em seus primeiros artigos o seguinte: Art. 1º A educação abrange os processos formativos **que se desenvolvem na vida familiar** e no Art. 2º A educação, **dever da família** e do Estado; primeiro reconhece a educação informal como forma de conhecimento, mas no segundo momento, coloca como dever da família, antes do Estado, o de educar, sem considerar a realidade socioeducacional do país com uma taxa elevada de analfabetismo e com uma rede escolar ainda insuficiente para as necessidades da nação. No entanto, essa realidade vem sendo



modificada e a partir da última década do século XX por significativas mudanças após a promulgação da atual LDB 9.394/96 e das políticas gestadas a partir dela, como discutiremos a seguir.

3. Relação família-escola: para além das reuniões de pais e mestres

No desenvolvimento desse trabalho discutiremos a atuação da família nas escolas e observaremos através das constituições que regem as leis da educação do país, afim de analisarmos como encontra-se a relação entre essas duas instituições de vivências e conhecimentos, sejam de maneira formal ou informal, e mostraremos a importância dessa parceria no desenvolvimento educacional do ensino/aprendizagem do filho/aluno.

A relação da família com as escolas são frequentes alvos de discussões nos comitês educacionais e foram primeiramente abordadas no ano de 1960, nos países como Itália, França e Alemanha tendo como objetivo o desenvolvimento da participação das famílias nas escolas. Neste mesmo ano, desenvolveram uma legislação específica que contextualiza a interação dos pais ou responsáveis com as escolas de seus filhos (RESENDE, SILVA, 2016).

A educação na Constituição Federal de 1988, Artigo 205, vemos uma obrigação e dever da família e do estado para com a educação das crianças e jovens do País. Segundo Resende e Silva (2016), não podemos considerar como relação entre a família e a escola propriamente dita, pois é citado como responsabilidade comum do Estado e da família e não relações de maneira que envolva o ensino.

A LDB 9.394/96, destaca no artigo 2º que a educação é dever do Estado e da Família. Vemos de início entre essas duas legislações uma responsabilidade que o Estado tem para com a educação pública gratuita e a família tem como dever matricular seu (a) filho (a) a partir dos 4 anos de idade, até os 17 anos em que se completa a escolaridade obrigatória. Há uma diferença entre a legislação atual e a que vigorava na LDB/1961, pois agora o dever é do Estado, mas compartilhado com a família.

A relação que observamos primeiramente entre a escola e a família é na matrícula do aluno, depois vemos nas reuniões de classes ou no parecer da frequência do aluno que a escola entra em contato com os familiares, ou ainda descreve (PIMENTA, 2014), a escola busca a família quando evidencia problemas no comportamento ou no rendimento escolar do aluno. Portanto, queremos analisar essa relação para além das reuniões de pais e mestres, que não seja, somente como obrigação dos familiares, mas como uma parceria e complementação para os conteúdos científicos. Logo, de que modo pode-se trabalhar com a família nas escolas para



contribuir no conhecimento científico do aluno? E que seja o conhecimento já ancorado na convivência no cotidiano do aluno com a sua família?

É um debate que envolve meios pedagógicos que possam trabalhar com os familiares nas escolas sem deixar de lado o que o aluno aprende em seu cotidiano, pois muitos educadores não consideram o conhecimento que o aluno já possui, acreditando-se que os alunos são uma página em branco, o que os estudos utilizados nesse estudo tem apontado ao contrário, pois é de suma importância trabalhar o conhecimento prévio dos alunos sobre os diversos temas, tendo como base o ensino científico.

Ao tratar de nossa temática é impossível se furtar ao tema currículo, visto que é sobre o conhecimento escolar que a escola deve pautar seu projeto pedagógico. Moreira (2004, p. 18) entende como “currículo como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes”. Dessa forma é inegável que o conhecimento formal é parte significativa do currículo escolar, mas esse autor lembra também, que o currículo “oculto” se interconecta com o currículo escolar impregnando o conhecimento escolar.

Vale lembrar que ao pensar atividades que considerem os conhecimentos prévios adquiridos pelos alunos nos contextos sociais em que participam, sobretudo, no familiar, não se trata de limitar os educandos e se proporcionar o conhecimento de sua realidade. Conforme Moreira (p. 21),

A nosso ver, uma educação de qualidade deve propiciar ao(à) estudante ir além dos referentes presentes em seu mundo cotidiano, assumindo-o e ampliando-o, transformando-se, [...] A nosso ver, são indispensáveis conhecimentos escolares que facilitem ao(à) aluno(a) uma compreensão acurada da realidade em que está inserido, que possibilitem uma ação consciente e segura no mundo imediato e que, além disso, promovam a ampliação de seu universo cultural.

Libâneo (1992), ressalta sobre o método que muitos professores optam em suas aulas, muitos deles centralizam em um comportamento da escola nova, mas na prática exercem formas tradicionais. Isso acontece muitas vezes, por não ser oferecidos meios para que possam trabalhar de maneira mais criativa e inovadora.

Precisamos voltar nossas atenções para os Projetos Pedagógicos escolares, é neles que as formas de interação com o entorno, ou comunidade escolar se dará. Segundo Russi, Ghenidi (2016), seriam meios de estabelecer um vínculo da participação da família na instituição escolar, pois a escola não está imune das influências da família.



No artigo 12 da LDB (9.394/96) discute sobre uma maior interação com a família e escola, afirmando no inciso VI, a escola tem o dever de associar-se com a família e a comunidade criando processos de agregação da sociedade com a escola. E no artigo 13, destaca sobre a elaboração de atividades que possam relacionar família-escola e comunidade, mas não está explícito na legislação quais projetos ou formas de elaborar essas atividades (RESENDE, SILVA, 2016).

Lembramos com Lima (apud LIBÂNEO, 2004) que “uma gestão democrática e participativa, conta com a participação efetiva de todas as instâncias colegiadas, Conselho Escolar, APMF, Grêmios Estudantil, Conselho de Classe, pais e alunos fortalecendo a criação de uma cultura da participação de todos, assim para atender os princípios de uma gestão democrática, fortalecer os laços com o núcleo familiar dos educandos se faz necessário. No entanto, é importante ressaltar, com essa autora, o acolhimento das mais diversas conjunções familiares existentes atualmente.

Resende, Silva (2016), apontam no Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB nº 20/2009), um maior detalhamento sobre as atividades que envolva a relação família-escola, mas somente para a educação infantil. Afirmam que o profissional da educação infantil deve respeitar as opiniões dos pais perante os seus filhos, escutá-los e acolher as diferentes formas de organização das famílias de cada criança. Ainda destacam na Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009b) determina que a organização pedagógica das instituições de Educação Infantil deve assegurar “a participação, diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização” (BRASIL, 2009 apud RESENDE, SILVA 2016 p.42).

Tomando esse parecer como parâmetro pode-se estender essa prática para os demais níveis escolares, isso pode ocorrer por meio de palestras sobre prevenção de doenças, acolhimento psicológico, festividades, compartilhamento de saberes com base na cultura local, oficinas artesanais, práticas esportivas, de dança ou artísticas, seriam algumas possibilidades de se estreitar a relação.

No Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), observamos na meta 7, que busca fomentar a qualidade da educação básica, uma de suas estratégias é mobilizar as famílias e sociedade articulando a educação formal (transmitidas nas instituições de ensino) com experiências populares e cidadãs (conhecimento informal), logo remete para a sociedade civil, o que deixa entender que essa “mobilização” fica a critério de cada instituição ou organização.



Resende, Silva (2016 p.43-44) analisaram essa meta 7 no Município de Belo Horizonte em Minas Gerais, e consideraram que no âmbito estadual e municipal, embora se esperasse, “não foi encontrado nenhuma regulamentação que pudesse configurar a existência de uma política clara para a relação escola-família”.

Castro, Regattieri (2009), levantaram o projeto realizado pela UNESCO em parceria com o Ministério da Educação, uma possível aproximação das escolas com as famílias, através do desenvolvimento de projetos políticos, a fim de favorecer a aprendizagem das crianças e adolescentes. Observaram que os pouquíssimos projetos, planos, política e estratégias para o desenvolvimento de estimular a relação família-escola no Brasil, eles destacam o dia da família na escola, ação comunitária e festividade. E que, infelizmente, alguns desses projetos não tinham base em manter o funcionamento consistente.

Ainda apontam que tal interação muitas vezes não é cordial e amigável, o que causam desconforto e conflitos, por isso se faz necessário educar as famílias, abrir a escola para a participação da família, interagir com a família para tentar melhorar os indicadores educacionais (CASTRO, REGATTIERI, 2009) “o envolvimento das famílias na vida escolar se seus filhos podem acontecer de diferentes formas e intensidades e a escola [...] necessita buscar alternativas que facilitem esse processo” (PIMENTA, 2014, p.200).

Pimenta (2014) destaca, em relação a participação da família na escola, que é necessário considerar as condições de pobreza e o *status* social que a família está inserida, pois o grau de envolvimento dos membros da família depende muitas vezes dessas duas situações destacadas. “Em famílias pobres a necessidade de inserção dos filhos ainda com idade escolar muitas vezes é justificada pela insuficiência de renda de seus responsáveis” (PIMENTA, 2014, p.194).

Acrescentando Pimenta (2014), a muitos fatores a serem analisados para ser possível uma interação de forma mais consistente entre a família e a escola, pois no olhar superficial a família muitas vezes é tida como descompromissada com a vida escolar do aluno, visto que há outros pontos a serem estudados, como por exemplo, o cotidiano da família.

Por fim, se faz necessário situarmos o momento em que estamos vivenciando, o isolamento social causado pela pandemia por COVID-19 no ano de 2020. Logo, é importante observar a família nessa situação de ensino remoto. Pois, nesse momento as crianças e jovens estão mantidas em seus lares com suas famílias. Desse modo, como se apresenta o papel da família nessa situação emergencial do ensino a remoto? Quais meios podem ser abordados para preservar a aprendizagem? São perguntas recentes e que muitas delas não têm ainda respostas, por ser uma situação delicada e emergencial. No entanto, é perceptível que ainda não podemos



prescindir da escola e que a parceria dialógica entre a instituição escolar e a família são benéficas para o desenvolvimento do educando.

Considerações finais

O presente artigo buscou analisar a relação conhecimento formal e informal e as contribuições da relação família-escola para a aprendizagem dos alunos, de modo que ajudaria na aquisição do conhecimento científico nas instituições escolares. Nesse estudo, de caráter bibliográfico exploratório, revisamos vários estudos que enfatizam a positividade entre a relação família-escola para o ensino científico dos alunos, como ressalta Almeida (2014.p.20) a questão da participação dos pais na educação escolar dos filhos é de grande importância, devendo acontecer frequentemente, acompanhando todo o processo educativo.

Mas no decorrer dos estudos foi visto que se deixou a desejar projetos políticos pedagogos que enfatizam os conhecimentos informais e a relação consistente entre a família-escola, isso ocorre dado a muitos fatores, um deles é na própria prática docente e sua atuação em sala de aula, muitos não realizam um planejamento escolar voltado para um contexto social, pois segundo Libâneo (2006, p. 246), a escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais, tudo o que acontece no meio escolar está atravessando por influências econômicas, políticas, e culturais que caracterizam a sociedade de classes. Logo, deve-se levar em consideração as práticas vivenciadas pelo aluno, seja com a família, com os amigos, nos eventos etc.

Portanto, podemos concluir, preliminarmente, que na relação família-escola e na relação conhecimento formal/informal, mostrou-se vários desafios e questionamentos a serem enfrentados, apesar de as pesquisas reconhecerem a importância dessas instituições para a transmissão e apropriação do conhecimento, não trouxe meios sólidos que pudessem melhorar a abordagem da família pela escola e como trabalhar os conteúdos de modo a considerar os conhecimentos prévios com o conhecimento escolar. Cabe então, aos docentes e/ou futuros docentes, refletir sobre a natureza dessas relações e buscar atividades que envolvam a família na escola, com gestões que primam pela democracia e participação de todos na instituição escolar.

REFERÊNCIAS:

CASTRO, Jane Margareth, REGATTIERI, Marilza. **Interação família-escola:** subsídios para práticas escolares. Brasília, 2010.



COSTA, Rodrigo Heringer. **Notas sobre educação formal, não- formal e informal.** 2014.

FREITAS, Maria Cleidiane Cavalcante. **A reconfiguração da função social pedagogo no contexto da educação para todos:** Um estudo da perspectiva onto-histórica. Fortaleza-CE, 2015.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. **Os manuais de História da Educação e a educação medieval:** aproximação e distanciamento na historiografia sobre Idade Média. 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** / José Carlos Libâneo. – 12. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

_____. **Tendências pedagógicas na prática escola.** In: _____ Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítica-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.cap 1. Disponível em:

<https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/tendencias_pedagogicas_libaneo.pdf>
Acesso em: 29 ago. 2020.

LIMA, Liliana Correia De. **Interação família-escola:** papel da família no processo ensino aprendizagem. Disponível em:
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2009-8.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GONDRA, J. G; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação:** Da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1992.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia, Ribeiro do Nascimento. (Orgs.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

NEREIDE SAVIANI. **Saber escolar, currículo e didática:** problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 1994. (Coleção educação contemporânea).

PIMENTA, Juliana de Carvalho. **A relação família-escola: a concepções e práticas** / Juliana de Carvalho Pimenta. – Franca: [s.n.], 2014.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes.** 23.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RESENDE, Tânia de Freitas, SILVA, Gisele Ferreira. **A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014).** Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. **Os bastidores da relação família-escola.** Ribeirão Preto, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008b. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008a. (Coleção educação contemporânea).